

DF ganha promotoria de educação

Fernanda Lambach
de Brasília

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem a partir desta semana uma Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, que deverá se preocupar principalmente com três questões: utilização correta dos recursos públicos, combate à evasão escolar e aumento da segurança. Outro problema a ser combatido será o das escolas clandestinas.

Os responsáveis pela promotoria, que funcionará durante um ano em caráter experimental, são os promotores Isabel Cristina Augusto de Jesus e Bernardo Urbano Resende. Os dois esclarecem que de forma alguma vão entrar nas discussões próprias ao Poder Executivo, nem tratar de questionamentos com relação a políticas públicas. Pretendem atuar em parceria com a secretária de Educação, Eurides Brito.

Também não querem trabalhar com coerção, mas com o resgate da cidadania. Assim,

apenas em último caso aplicarão o artigo 246 do código penal para punir pais que estejam impedindo os filhos de freqüentar a escola. O artigo trata de abandono intelectual e prevê pena de 15 dias a um mês, ou multa, para quem deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar.

Freqüência

Uma das novidades que Isabel e Bernardo pretendem trazer para o DF é a Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente (Ficai), usada no Rio Grande do Sul e no Maranhão. A direção da escola que não esteja conseguindo trazer um aluno para a sala de aula deverá passar o caso para o Conselho Tutelar da Justiça da Infância e da Adolescência. Caso o conselho não consiga promover o retorno do aluno, os promotores entrarão em ação.

No Rio Grande do Sul, o esquema das fichas de comunica-

ção deu resultados positivos. De junho de 1998 a maio de 1999, 1.271 fichas foram encaminhadas ao Ministério Público. Dos alunos citados, 868 voltaram para a escola, sendo que 738 retornaram às mesmas escolas em que estudavam antes.

Apenas em 70 casos foi necessário apurar a negligência dos pais. Cem processos foram arquivados por impossibilidade de encontrar as famílias.

Isabel e Bernardo já foram procurados por três adolescentes que, desde 1995, não podem voltar a estudar porque uma escola particular de Samambaia estaria retendo seus históricos escolares. O motivo alegado é o não pagamento de mensalidades.